

RELATÓRIO DO SEMINÁRIO ESTADUAL DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2024–2034 NO MARANHÃO

Data: 1º de setembro de 2025

Local: Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IEMA Rio Anil, São Luís/MA

Abertura e Mesa de Exposições

O Deputado Federal **Duarte Jr.**, coordenador estadual do seminário, iniciou sua fala destacando o Objetivo 9 do projeto de lei e suas metas relativas à educação especial. Enfatizou que não pode haver ensino segregado, pois a inclusão favorece tanto estudantes com deficiência quanto aqueles sem deficiência, promovendo a convivência com a diversidade. Relacionou a discussão com sua pesquisa de doutorado sobre educação inclusiva e, em tom pessoal, afirmou que, como pai de uma criança com deficiência, defende que o acesso seja acompanhado de condições efetivas de aprendizagem. Para isso, em sua visão, é necessário que os professores tenham condições adequadas de trabalho e que existam equipes multidisciplinares de apoio. Ressaltou, por fim, que o PNE deve assegurar não apenas direitos, mas também os meios para sua concretização, inclusive considerando a necessidade de garantir que pessoas com deficiência tenham condições de ingressar no mercado de trabalho, para uma inclusão plena.

O advogado **Dennison Rodrigo Oliveira Sodré**, vice-presidente do Sindicato dos Funcionários e Servidores Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta (SINFUSP-SL), falou em nome dos profissionais da educação que prestam suporte a docentes e estudantes. Denunciou o grave déficit de profissionais de apoio em São Luís, onde há mais de 4 mil alunos matriculados na educação especial e menos de 100 cuidadores disponíveis. A insuficiência, segundo ele, compromete tanto a aprendizagem quanto a futura inserção desses estudantes no mercado de trabalho. Defendeu que o novo PNE traga mais dignidade, resultados concretos e retorno social.

A professora **Mirla Oliveira**, diretora adjunta pedagógica do IEMA, representando a Direção Geral da instituição, apresentou a contribuição do IEMA para diversas metas do PNE, especialmente a Meta 3, de universalização do ensino médio. Relatou que a rede conta com 56 unidades em 43 municípios, voltadas para a educação profissional e técnica, e que o IEMA não enfrenta carência de profissionais de educação especial, contando atualmente com 22 mil matrículas ativas. Informou que as escolas alcançaram

índice 4,5 no IDEB de 2024, resultado atribuído ao currículo integrado, à oferta em tempo integral, à formação continuada de professores, à infraestrutura e ao acompanhamento pedagógico constante. Destacou ainda a criação de novas coordenações temáticas — diversidade étnico-racial, socioemocional, educação ambiental, esporte e protagonismo juvenil — e programas de extensão e vivência profissional, como o Moviema e o IEMA no Mundo.

A professora **Sheila Bordalo**, diretora do Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Pública Municipal de São Luís (SINDEDUCAÇÃO), defendeu a aprovação do novo PNE com amplo debate social. Explicou aos estudantes presentes a estrutura e objetivos do Plano e ressaltou a necessidade de garantir escola pública de qualidade, com condições estruturais e pedagógicas adequadas. Criticou a baixa taxa de formação de doutores no Maranhão e o baixo investimento local em pós-graduação. Denunciou que, em São Luís, das 268 escolas municipais, 60 funcionam como anexos sem estrutura própria e que, na educação infantil, apenas 12 das 100 unidades são creches integrais, o que compromete o direito das mães ao trabalho e das crianças ao desenvolvimento integral.

Em sua fala, defendeu a valorização dos profissionais da educação, com carreira estruturada, salários adequados, tempo e espaço para formação e planejamento, além da extensão do piso salarial para todos os trabalhadores da educação. Criticou o foco excessivo nas avaliações externas de Português e Matemática, que sobrecarregam professores e não refletem as necessidades reais dos estudantes, além de contribuírem para o adoecimento docente. Ressaltou a importância das emendas apresentadas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que buscam assegurar a destinação de 10% do PIB para a educação pública e evitar o avanço de modelos privatizantes. Destacou, ainda, que o Maranhão avançou pouco no cumprimento das metas do atual PNE, com a educação infantil mantida em grande parte por escolas comunitárias e baixas taxas de conclusão no ensino fundamental e médio. Denunciou também o fechamento de escolas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e encaminhou que o debate seja ampliado no âmbito da Assembleia Legislativa.

A representante do Fórum Estadual de Educação e do Comitê da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, **Soraia Raquel**, celebrou a realização do seminário, mas lamentou a ausência de instituições estratégicas, como a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). Destacou o não cumprimento da maior parte das metas do PNE vigente e a necessidade de confluência entre prioridades e orçamento. Defendeu a

instituição do Sistema Nacional de Educação, a incorporação da dimensão socioambiental como diretriz do novo Plano, a colaboração federativa efetiva, a valorização dos profissionais da educação, a gestão democrática, a garantia da laicidade da rede pública e a proteção da EJA. Ressaltou a importância de assegurar não apenas o acesso, mas também a permanência dos estudantes, e propôs que a meta relativa à alfabetização seja quantificada de forma mais precisa.

Intervenções do Ministério Público

O promotor de justiça **Lyndon Johnson** destacou os desafios da inclusão de estudantes com deficiência, como a falta de identificação adequada do público-alvo da educação especial e a ausência de suporte ao professor. Ressaltou que a exclusão histórica de crianças negras da escola ainda gera impactos não superados e defendeu a criação de ferramentas de transparência e de controle social. Apontou também a necessidade de investimento em infraestrutura escolar e de políticas voltadas à inserção profissional.

Intervenções da Sociedade Civil

- **Noélio Galvão** (psicólogo e professor no IEMA): defendeu fiscalização da execução do PNE e formação mínima adequada para profissionais de apoio.
 - **Professora Terezinha**: reivindicou recursos e profissionais para o AEE também nas escolas comunitárias conveniadas, que atendem grande parte dos estudantes em São Luís.
 - **Roseane Veloso** (professora, SINDEDUCAÇÃO): criticou a expansão da militarização escolar no Maranhão e exigiu que o PNE contenha essa prática. Denunciou que apenas metade da meta de financiamento de 10% do PIB foi alcançada.
 - **Regina Galeno** (SINPROECEMA): defendeu que a educação seja tratada como projeto nacional, com acompanhamento, monitoramento e implementação do SNE. Pautou o fim da terceirização.
 - **Professor Washington**: alertou para desvios de recursos do Fundeb e relatou que escolas comunitárias assumem, sem recursos suficientes, o atendimento a alunos com TEA.
-

Considerações Finais

Mirla Oliveira reiterou a importância de currículo robusto, formação continuada e monitoramento constante. Sheila Bordalo reforçou as emendas da CNTE sobre financiamento, defendeu a instituição do SNE e uma avaliação ampla, que considere diferentes indicadores, sem sobrecarregar professores. Dennison Sodré enfatizou a transversalidade da educação e defendeu investimento, monitoramento e formação continuada, alertando que 15% dos alunos que chegam ao ensino médio no Maranhão são analfabetos funcionais. Por fim, Soraia Raquel defendeu a adoção de metas intermediárias, sistemas de monitoramento integrados entre os entes federativos, planos estaduais e municipais contextualizados e não meras cópias do nacional, além da implementação do Custo Aluno-Qualidade (CAQ) como referência de financiamento.

Principais Demandas Identificadas

1. **Educação Especial:** aumento de profissionais de apoio; inclusão efetiva; acompanhante terapêutico no PNE; garantia de qualidade também nas escolas comunitárias conveniadas.
2. **Financiamento:** aplicação de 10% do PIB em educação pública; combate à terceirização e aos desvios de recursos; implementação do CAQ.
3. **Valorização dos profissionais:** piso salarial estendido a todos os trabalhadores da educação; carreira estruturada; tempo e espaço para formação.
4. **Infraestrutura escolar:** redução de escolas anexos; expansão de creches integrais; melhoria da rede municipal e estadual.
5. **Sistema Nacional de Educação (SNE):** necessidade de instituição do sistema e de mecanismos de colaboração entre os entes.
6. **Gestão democrática e laicidade:** garantia de participação social, combate à militarização escolar, preservação da liberdade religiosa e laicidade da rede pública.
7. **EJA e conclusão escolar:** garantia da EJA e de condições de permanência; enfrentamento das baixas taxas de conclusão do ensino fundamental e médio.
8. **Avaliação:** indicadores mais amplos que as avaliações externas, incorporando condições de trabalho, formação e bem-estar docente.